



Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Avaliação Educacional

Maria Ivoneide Maximiano Silva¹;

Como Citar:

SILVA; Maria Ivoneide Maximiano.

Pressupostos teóricos e metodológicos da

avaliação educacional. **Revista**

Multidisciplinar de Pesquisas

Acadêmicas do Nordeste, vol.1, n. 2, p.

30-42, 2024.

Área do conhecimento:

Ciências Humanas

Sub-área:

Educação

Palavras-chaves:

Avaliação

educacional; Planejamento

pedagógico; Inclusão; Educação

crítica; Aprendizagem.

Resumo

O artigo explora os pressupostos teóricos e metodológicos da avaliação educacional, discutindo sua evolução histórica, práticas contemporâneas e impacto na qualidade do ensino. A avaliação é apresentada como um processo essencial para garantir o desenvolvimento integral dos alunos e para subsidiar decisões pedagógicas fundamentadas. Abordando conceitos de teóricos como Luckesi, Freire e Zabala, o texto destaca a importância de um planejamento detalhado e de práticas avaliativas inclusivas, que respeitem as individualidades dos estudantes e promovam uma educação crítica e emancipatória.

Palavras-chave: Avaliação educacional; Planejamento pedagógico; Inclusão; Educação crítica; Aprendizagem.

Publicado: 20 de novembro de 2024

Abstract

The article examines the theoretical and methodological foundations of educational assessment, discussing its historical evolution, contemporary practices, and impact on teaching quality. Assessment is presented as an essential process to ensure students' integral development and support well-founded pedagogical decisions. Drawing on concepts from theorists such as Luckesi, Freire, and Zabala, the text highlights the importance of detailed planning and inclusive evaluative practices that respect students' individuality and promote critical and emancipatory education.

Keywords: Educational assessment; Pedagogical planning; Inclusion; Critical education; Learning.

1. Introdução

A avaliação educacional é uma prática presente em diversos contextos, desempenhando um papel central no processo de ensino e aprendizagem. Desde os primeiros anos de vida, as ações humanas são avaliadas por indivíduos mais experientes, e no ambiente escolar não é diferente. Em qualquer processo educacional, a avaliação constitui um momento indispensável para medir o aprendizado, seja por meio da quantificação de notas ou da análise da aplicação de conhecimentos adquiridos.

A prática avaliativa está intrinsecamente ligada a pressupostos teóricos e metodológicos, que a tornam mais do que uma simples aferição de resultados. Como destacado por Luckesi (2011), a avaliação não possui um fim em si mesma, mas subsidia

¹Graduada em Pedagogia pela UNEB (Universidade do estado da Bahia). Email: sara_ivoneide@hotmail.com
<http://www.repan.periodikos.com.br/>

decisões pedagógicas que visam alcançar objetivos educacionais previamente definidos. Dessa forma, torna-se indispensável o planejamento de cada etapa do processo avaliativo, considerando os métodos, materiais e critérios utilizados.

Contudo, a avaliação ainda enfrenta desafios no contexto escolar, incluindo cobranças externas por desempenho e a perpetuação de métodos tradicionais e classificatórios. Em contrapartida, perspectivas contemporâneas buscam tornar o aluno o centro do processo, promovendo práticas mais inclusivas e formativas, que valorizam o progresso individual e coletivo.

Este artigo propõe uma reflexão sobre os pressupostos teóricos e metodológicos da avaliação educacional, abordando sua evolução histórica, implicações legais e desafios contemporâneos. Além disso, pretende explorar como a avaliação pode ser utilizada como ferramenta transformadora para o desenvolvimento integral dos estudantes e a melhoria da qualidade educacional.

2. Avaliação Educacional

Avaliação está presente em diversos contextos da humanidade, desde os primeiros anos de vida nossas ações são avaliadas pelos mais experientes. No ensino não é diferente, principalmente, levando-se em consideração que em qualquer processo educacional existe o momento destinado à avaliação do aprendizado, seja quantificando o saber a partir de notas ou analisando a capacidade de aplicação de conhecimentos. No âmbito da educação é possível reconhecer distintas metodologias de avaliação de aprendizagem, advindas do desenvolvimento de pressupostos teóricos.

Luckesi (2011, p. 45) diz que: “No caso que nos interessa, a avaliação subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo. Por isso, não pode ser estudada, definida e delineada sem um projeto que a articule.”

Para esse teórico, nenhum tipo de avaliação pode ser realizado sem que esteja estabelecido um projeto, ou seja, um planejamento detalhado do que será realizado durante todo o processo de ensino; que contenha o que será feito, como será realizado, qual material estará presente e o que será cobrado. Somente após todas as características estabelecidas é que podemos designar como será realizada a avaliação.

Luckesi (2011, p. 45) diz também que: “[...] A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si, ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido.” Assim, em cada situação ocorre uma maneira de avaliar que está diretamente ligada aos objetivos esperados do projeto previamente delimitado.

A avaliação não é um fator isolado que por determinações já é definida; não existe modelo predestinado para que os professores façam o uso dele em suas aulas, assim, cada professor em sintonia com os objetivos de sua instituição, do sistema ao qual está inserido e de acordo com sua própria relação de valores vai desenvolvendo em suas práticas diárias os métodos de avaliação que consideram mais adequados. Porém, existe uma cobrança externa a escola que exige um bom desenvolvimento escolar, o que está diretamente ligado as notas dos alunos, exigindo que os alunos atinjam um determinado padrão de aprendizado.

Apesar de não ser definido, como considerou Luckesi (2011) em sua fala, existem elementos de suma importância a considerarmos a avaliação. É essencial que se saiba: quem deve ser avaliado? quais as características a serem consideradas? como se dará esse processo? e o que será feito com os resultados? Os questionamentos aqui realizados serão respondidos ao longo desse trabalho.

Em ambiente escolar, apesar da cobrança maior ser no aprendizado dos alunos, isto é, no resultado final do processo de ensino e aprendizagem, todos os seus componentes devem ser avaliados para que cada momento do desenvolvimento de aprendizagem possa atingir o seu máximo de desempenho.

Os alunos são cobrados em ter notas boas nos exames, que significarão a eficiência do ensino de cada professor, diretamente ligado á coordenação escolar e equipe escolar; cada resultado atingido por o aluno representa o nome da escola em listas de referências de ensino do município, do estado e do país. Trata-se de uma cadeia de cobranças equivalente a cadeia dos biomas, cada componente tem seu valor no resultado final e se um deles não estiver em equilíbrio, todo o processo sofre com as consequências.

Para Sacristán (1998, p. 298):

[...] Avaliar se refere a qualquer processo por meio do qual alguma ou várias características de um aluno/a, de um grupo de estudantes, de um ambiente educativo, de objetos educativos, de materiais, professores/as, programas, etc., recebem a atenção de quem avalia, analisam-se e valorizam-se suas características e condições em função de alguns critérios ou pontos de referência para emitir um julgamento que seja relevante para a educação.



Nessa definição do final século XX, fala-se em avaliação como uma ação de mão única, que vai do professor (avaliador) para o aluno (avaliado), nos quais os objetivos considerados fossem de total interesse de um sistema educacional. Existe nessas partes uma ótica tradicionalista do ensino, cujo interesse e desenvolvimento do educando são deixados de lado e a intenção era somente aferir a desenvoltura deles tomando como base um padrão de comportamentos e exigências que prevaleciam no período.

Segundo Santos (2015) a avaliação tem como objetivo desenvolver resultados benéficos, ou seja, é nos momentos de avaliação que a pessoa está sendo analisada, essa por sua vez tem como objetivo identificar o que está em alta eficiência na aprendizagem e aquilo que precisa ser aprimorado. A avaliação tem foco no futuro, almejando os melhores resultados de aprendizagem e a partir disso o professor sabe até que ponto a aprendizagem foi validada e o quanto pode prosseguir na sequência de habilidades programadas no currículo escolar.

Em uma perspectiva contemporânea, no mínimo em teoria, o foco do processo de ensino e aprendizagem é o aluno, o que inclui os processos avaliativos como sendo pensados para o aluno. Há uma busca pelos professores de deixar no passado os métodos taxativos e completamente classificatórios, já que: para que uma avaliação é tratada como um processo classificatório nas escolas, se todos têm direito a educação básica sem a exigência de uma classificação?

Trata-se de uma marca que o ensino tradicional deixou e até a contemporaneidade é considerado nas avaliações. Anteriormente, o ensino era para um grupo seleto de pessoas que tinham mais poder aquisitivo e que tinham um padrão de aprendizagem exigido, a partir dessa classificação era que os alunos tinham a oportunidade de acessar a escola. Agora a educação básica é direito de todos, mas as características se mantêm porque quanto mais o aluno tem bons resultados, mais isso representa que ele seguirá no mundo acadêmico e que será um bom profissional para atuar na sociedade.

2.1 Percurso Histórico da Avaliação Educacional

A avaliação educacional existe desde que o ser humano começou a desenvolver os primeiros métodos de escrita, pois, a partir desse momento padrões de desenvolvimento começaram a ser cobrados por os que já detinham mais conhecimento.

Segundo Forno (2018, p. 20):



Nesse sentido, é preciso esclarecer que a avaliação já era utilizada nas sociedades antigas – naquelas consideradas primitivas – como modo de classificar os indivíduos nas diferentes funções sociais do trabalho. A primeira avaliação formal se evidenciou com os exames, sendo os chineses os primeiros a usá-los com o objetivo de selecionar candidatos para cargos públicos.

Assim, a avaliação foi sendo aprimorada na humanidade de acordo com as necessidades que a sociedade foi estabelecendo. A China foi o primeiro lugar que utilizou a avaliação como método classificatório, desde então as pessoas são selecionadas a partir dos conhecimentos que apresentam, para então assumirem cargos e terem acesso a alguns níveis educacionais.

Forno (2018) diz que um grande marco para a avaliação foi o ensino jesuítico, foram eles que começaram a orientar práticas escolares. Porém, os métodos deles eram desenvolvidos considerando preceitos religiosos, cuja educação era avaliada em termos de conhecimentos básicos de leitura e contagem, mas tudo embasado na religião. Nessa fase o ensino era tradicional, o professor detinha o conhecimento e o aluno era um receptor, daí os alunos tinham que dedicar-se para atingir melhor desempenho nos exames e atingindo os padrões cobrados por o professor, eles poderiam então serem considerados como bem sucedidos.

De acordo com Pironel (2019, p. 54):

De modo geral, a avaliação realizada no início do século XX, em todo o mundo, estava restrita aos exames, aos atos de se provar a capacidade de realizar determinadas atividades, por escrito ou verbalmente e eram extremamente ligados aos conceitos de regulação das disciplinas.

As perspectivas acerca da avaliação eram muito restritas e limitavam todo e qualquer desenvolvimento criativo dos alunos, na matemática, por exemplo, a capacidade de resolver contas tinha valor e a criatividade que o aluno tivesse não era considerada. Somente o resultado final das avaliações era importante, sendo o processo de desenvolvimento de aprendizagem descartado.

Para Zabala (1998, p. 195):

Mesmo assim, já faz muito tempo que, a partir da literatura pedagógica, as declarações de princípios das reformas educacionais empreendidas em diferentes países e grupos de educadores mais inquietos se propõem formas de entender a avaliação que não se limitam à valorização dos resultados obtidos pelos alunos. O processo seguido pelos meninos e meninas, o progresso pessoal, o progresso coletivo de ensino/aprendizagem, etc., aparecem como elementos ou dimensões da avaliação.

Nesse período, quanto mais os alunos se esforçassem para obter notas altas, mais o progresso pessoal deles era considerado como efetivado por o processo de ensino e

aprendizagem apresentado por o professor. Cada grupo de alunos com bons resultados significava a eficiência educativa dos seus professores e da instituição.

Os exames escolares foram sistematizados no século XVI e até hoje refletem fortes características no sistema educacional brasileiro, apesar da avaliação da aprendizagem ter sido sintetizada no século XX. As tecnologias de um novo mundo, cuja realidade é mais virtual, a evolução é rápida e constante, cujas as necessidades prioritárias são as imediatas, é assustador que as escolas ainda utilizem fortes características de um método advindo de 500 anos passados.

É notório que a comunicação, abrangência de informação e sociedade em geral, eram totalmente distintas dos modelos e modos contemporâneos. As prioridades mudaram, as teorias educacionais evoluíram, mas quando se refere a prática avaliativa as mudanças foram poucas.

Para Forno (2018, p. 28) atualmente pode-se dizer que,

[...] educador e educando são sujeitos do ato do conhecimento, sendo o professor o coordenador de debates, que estabelece uma relação horizontal, adaptando-se às características e necessidades de sua turma. A relação pedagógica é baseada na cultura do grupo, e o aluno é sujeito participante dele. O ensino é a partir da palavra geradora, que é de uso corrente dos alunos.

Dessa maneira, o ensino passou a ser horizontal, cujo foco de responsabilidades não é só do aluno, mas sim de toda comunidade escolar. Assim, a avaliação também deve ser feita em todos as pessoas que permeiam a escola e que diretamente ou indiretamente implicam no processo de ensino e aprendizagem.

2.2 Educação Escolar e o Processo Avaliativo

A educação escolar, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996 tem como prioridade o desenvolvimento de seres humanos, não para serem exclusivamente peças de um sistema seletivo, mas para serem cidadãos preparados para viver em conjunto, sabendo ter seus posicionamentos críticos sobre os acontecimentos da sociedade e realizando suas aptidões respeitando os valores morais e éticos.

Para Zabala (1998, p.13):

Como outros profissionais, todos nós sabemos que entre as coisas que fazemos algumas estão muito bem feitas, outras são satisfatórias e algumas certamente podem ser melhoradas. O problema está na própria avaliação. Sabemos realmente o que é que fizemos muito bem, o que é satisfatório e o que pode melhorar? Estamos convencidos disso? Nossos colegas fariam a mesma avaliação? Ou, pelo contrário, aquilo que para nós está bastante bem para outra pes-



soa é discutível, e talvez aquilo que para nós está bastante bem para outra pessoa é discutível, e talvez aquilo de que estamos mais inseguros é plenamente satisfatório para outra pessoa?

Nesse sentido, estabelecer os elementos a serem considerados no processo avaliativo não é tarefa fácil. Cada pessoa possui suas próprias opiniões do que é essencial, do que é bom para a prática docente e do que não é. Questionamentos são feitos por essas opiniões não convergirem em todos os casos, então fica complexo realizar uma autoavaliação do trabalho, nem sempre seremos capazes de identificar os problemas no nosso modo de suceder os processos de ensino e aprendizagem, por isso, faz-se importante o trabalho em equipe.

Em uma escola cujos professores são capazes de trocar experiências, os colegas de trabalho podem contribuir com a avaliação da prática um dos outros, bem como com a autoavaliação de seu trabalho. Em conjunto é possível ter uma ótica do desenvolvimento individual e coletivo, pois, é a partir do coletivo que nos conhecemos.

Zabala (1998, p. 212) diz que:

[...] a função da escola e da verdadeira responsabilidade profissional passam por conseguir que nossos alunos atinjam o *maior grau de competência em todas as suas capacidades*, investindo todos os esforços em *superar as deficiências* que muitos deles carregam por motivos sociais, culturais e pessoais. Uma vez alcançado esse objetivo, é evidente que a sociedade fará as seleções correspondentes.

Assim, o autor destacou a importância da escola no desenvolvimento de habilidades, sendo de responsabilidade de toda a comunidade escolar, e não somente dos professores e alunos, a superação de obstáculos de aprendizagem dos educandos. Quando um grupo de pessoas está empenhado em aprimorar o desenvolvimento de grupos de aluno, dando apoio e acompanhando toda a trajetória de construção, faz-se possível que os resultados alcançados sejam satisfatórios.

Carpim (2020, p. 37) sobre o modo tradicional de avaliar somente por meio de exames, fala que: “Esse modo de conduzir o processo educativo reflete na maneira como o docente avalia, pois segue os pressupostos da reprodução. Dessa forma, requer-se as respostas prontas, ou seja, a avaliação é embasada na busca pela excelência, por meio da classificação.” Claro que o desenvolvimento pessoal do aluno é importante, porém, a avaliação não deve ser limitada ao desempenho dos alunos em provas.

Vale ressaltar que a avaliação escolar não se reduz aos exames/provas aos quais os alunos são submetidos, pois, é injusto avaliar a totalidade da escola por apenas um

grupo de componentes. A escola abrange direção, professores, funcionários, alunos e seus familiares e comunidade referente.

Luckesi (2011, p. 29) diz que: “[...] em nossas escolas, públicas e particulares, assim como nos nossos diversos níveis de ensino, praticamos muito mais exames escolares do que avaliação da aprendizagem.” A avaliação em costumeiras óticas é sinônimo de exame/prova, mas isso se dá por uma lenta evolução histórica do que é avaliar, visto que o estudo da avaliação da aprendizagem, apesar de a muito tempo ser discutido por os teóricos da educação, na prática nem sempre está presente e é algo recente se comparado a outras práticas.

Ao referir-se à avaliação da aprendizagem é de suma importância as características individuais dos alunos, eles devem e são avaliados em grupo, mas suas características individuais são o que dão condições para construir sua aprendizagem.

Santos (2015, p. 31) ressalta que

Uma avaliação emancipatória, libertadora e comprometida com o desenvolvimento integral humano do aluno se respalda ao considerar que a aprendizagem se faz de forma única e particular. Respeitar o ritmo e o tempo de cada aluno no processo ensino-aprendizagem, respaldados por uma avaliação que considere as diferenças pessoais, se apresenta como força motriz do processo educativo transformador [...]

No olhar de avaliação é necessário prestar atenção as condições que cada aluno apresenta, contando com a unicidade do sujeito, não é justo comparar o desenvolvimento de um com o de outro, não é porque um aluno com 15 anos no 1º ano do ensino médio aprendeu plenamente as funções polinomiais de 1º e 2º graus que seu colega de mesma idade e turma tenha aprendido no mesmo ritmo.

A avaliação é única a cada sujeito, visto que cada pessoa desenvolve sua aprendizagem em tempo e modo diferentes. Os processos avaliativos passam a ter mais significado quando as diferenças são consideradas, para que a união das diferenças, possa surtir em um resultado de máximo aproveitamento.

De acordo com Zabala (1998, p. 36):

Sem dúvida, é difícil conhecer os diferentes graus de conhecimento de cada menino e menina, identificar o desafio de que necessitam, saber que ajuda requerem e estabelecer a avaliação apropriada para cada um deles a fim de que se sintam estimulados a se esforçar em seu trabalho. Mas o fato de que costume não deve nos impedir de buscar meios ou formas de intervenção que, cada vez mais, nos permitam dar uma resposta adequada às necessidades pessoais de todos e cada um de nossos alunos.



A partir da convivência com os alunos é que o professor vai reconhecendo as características de cada um, e com esse reconhecimento começa o trabalho de buscar a melhor maneira de estimulá-los para que seu desenvolvimento se dê da melhor maneira possível. O professor deve constantemente estar avaliando o processo e adequando o modo de avaliar os alunos, de acordo com o ritmo que cada um apresenta, mas não limitando os alunos com baixa eficiência e exigindo demais aos com alta eficiência, e sim estimulando-os para superarem suas dificuldades sem que exija algo impossível de ser atingido.

Freire (2021, p. 62): “não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiências feitas” com que chegam à escola.”

A identidade dos alunos não pode ser desconsiderada, se deixarmos de lado todas as características únicas a cada um deles, estaremos deixando de lado também a sua potencialidade de se expressar de maneira única e revolucionária na sociedade. Já disse Libâneo (2013) que a função mais imediata da escola pública é que os alunos sejam preparados para serem sujeitos ativos e que possam participar com personalidade na sociedade.

É preciso de pessoas que possam deixar uma marca boa no mundo, que façam uso dos seus conhecimentos com ética, moral e empatia. A construção da sociedade muito é feita dentro da escola e a escola é uma representação da sociedade, somente desenvolvendo alunos capazes de terem senso crítico aguçado é que a sociedade tem chances de aprimorar-se.

Libâneo (2013, p. 217) disse que:

Podemos, então, definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Desse modo, a avaliação escolar é um conjunto de ações de constante análise para que seja garantido um contínuo aprimoramento no processo de ensino, podendo cumprir com objetivos e dar sequência a outros processos educacionais. Nada nessa avaliação é realizada sozinha, pois, um grupo unido objetivando superar obstáculos de desenvolvimento, está atento aos pontos a serem excluídos, intensificados ou aprimorados em sua escola.

2.3 Avaliação e seus pressupostos Legais



Assim como consta na lei vigente da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9.394/1996, a educação escolar tem como fundamento a formação geral do indivíduo, preparando-o para ser um cidadão ativo e competente na humanidade. Por consequência, as avaliações devem abranger além dos conteúdos de sala de aula, devem ultrapassar os muros da escola e compreender o meio em que vivem os personagens do ensino e da aprendizagem.

A cada lei elaborada os direitos dos alunos e das alunas vem sendo mais garantidos nas escolas, desde o seu desenvolvimento humano até o modo como deve ser tratado. Da mesma maneira, os professores vêm recebendo maior autonomia para escolher como vão ensinar e avaliar seus alunos e alunas.

Forno (2018, p. 32) ressaltou que “De acordo com essa lei, o professor tinha total autonomia em relação aos instrumentos de avaliação. Havia um empoderamento sobre a nota e o desempenho do aluno, o que fazia da avaliação um mecanismo de disciplina.”

Dessa maneira, toda e qualquer ação realizada na sala de aula é elemento decisivo na avaliação realizada do professor para o aluno e para a aluna, cabe ao professor designar segundo seus critérios as notas e modos de avaliar. A mesma autora falando sobre a LDB diz que, a frequência dos alunos deve ser então considerada, além de comportamento de aluno em ambiente escolar, regimento e questões qualitativas, com essa lei também foi garantido o direito dos alunos a recuperação.

Forno (2018, p. 33) diz que a lei:

Estabelece ainda a obrigatoriedade de recuperação de estudos e coloca a avaliação como um instrumento de diagnóstico de todo o processo avaliativo, proporcionando às instituições a possibilidade de elaborar ações com base em dados oferecidos pelas avaliações realizadas. Enfim, a avaliação passa a ser entendida como um diagnóstico.

Sendo assim, a avaliação segundo a legislação, passou a ser diagnóstica. Ela identifica as características fortes e fracas de cada instituição escolar e lhe dá autonomia para buscar meios de a partir dos resultados dessa avaliação, sanar suas dificuldades. Ou seja, o processo de ensino e aprendizagem, em conjunto com avaliação é que formam a educação escolar.

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em uma análise bibliográfica das principais obras e artigos científicos sobre avaliação



educacional. A pesquisa foca em revisar teorias e conceitos que envolvem a prática avaliativa no contexto educacional, baseando-se em textos de autores renomados como Cipriano Luckesi, Paulo Freire e Antoni Zabala, além de legislações educacionais brasileiras, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96).

O processo de pesquisa foi desenvolvido em três etapas principais. A primeira etapa consistiu na revisão de literatura, onde se realizou um levantamento e estudo das principais abordagens teóricas sobre avaliação educacional, abrangendo desde a sua evolução histórica até as práticas contemporâneas de avaliação. Essa fase buscou construir um entendimento abrangente das diversas perspectivas sobre a avaliação e suas implicações para o ensino.

A segunda etapa envolveu a análise crítica dos diferentes modelos e abordagens de avaliação, discutindo suas limitações, desafios e possibilidades dentro do contexto educacional atual. Essa análise foi realizada com base nas teorias estudadas e nas realidades pedagógicas vivenciadas nas escolas, considerando também as demandas legais e sociais que influenciam o processo avaliativo.

Na última etapa, foi feita a interpretação e síntese das ideias coletadas nas etapas anteriores, organizando-as em categorias temáticas como evolução histórica, pressupostos legais da avaliação, práticas pedagógicas e o impacto da avaliação no desenvolvimento dos alunos. Essa organização permitiu uma compreensão aprofundada do papel da avaliação educacional e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a metodologia utilizada neste estudo possibilitou uma reflexão crítica sobre os pressupostos teóricos e metodológicos da avaliação educacional, oferecendo subsídios para a discussão sobre práticas avaliativas mais inclusivas, justas e transformadoras.

4. Considerações finais

A avaliação educacional é um elemento essencial no processo de ensino e aprendizagem, desempenhando um papel central na garantia da qualidade educacional e no desenvolvimento integral dos estudantes. Este artigo demonstrou que, para além de



sua função tradicional de medir resultados, a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo, planejado e integrado às práticas pedagógicas, considerando as especificidades de cada contexto e as necessidades dos alunos.

A reflexão teórica apresentada evidenciou a evolução histórica da avaliação, desde práticas classificatórias e excludentes até perspectivas mais inclusivas e formativas. Autores como Luckesi, Freire e Zabala enfatizam que a avaliação não deve ser limitada a provas ou notas, mas deve promover a autonomia, o senso crítico e o respeito às diferenças individuais. Nesse sentido, práticas avaliativas mais humanizadas e menos classificatórias são fundamentais para atender aos objetivos de uma educação que se propõe emancipatória e transformadora.

Ainda há desafios significativos no âmbito educacional, como a superação de métodos avaliativos ultrapassados e a implementação de abordagens que realmente considerem o aluno como protagonista do processo. A legislação educacional brasileira, como a LDB, já sinaliza a importância de uma avaliação diagnóstica e inclusiva, mas a prática ainda carece de maior alinhamento com essas diretrizes.

Por fim, conclui-se que a avaliação educacional, quando bem fundamentada teoricamente e metodologicamente, pode ser uma poderosa ferramenta para promover a equidade, a justiça e a transformação social por meio da educação. Assim, cabe aos professores, gestores e formuladores de políticas públicas o compromisso de repensar e aprimorar os processos avaliativos, garantindo que estes contribuam efetivamente para o desenvolvimento humano e acadêmico.

5. Referências

AZEVEDO, Raquel de Moraes. **Avaliação da aprendizagem:** do fazer mecânico à intencionalidade teórico-metodológica emancipatória. Dissertação – Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96.** Brasília: MEC, dez. 1996.

CARPIM, Lucymara. **Avaliação da aprendizagem.** 1 ed. – Curitiba-PR: IESDE, 2020.

CORDEIRO, Jaime. **Didática.** 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

FANTINEL, Cristiane Aparecida. **Avaliação do ensino e aprendizagem escolar:** relações entre as políticas públicas de avaliação e a prática pedagógica. Dissertação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão – PR, 2018.



REPAN – ISSN 2966-2788

SITE: <http://www.repan.periodikos.com.br/>

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISAS ACADÊMICAS DO
NORDESTE VOLUME 1, NÚMERO 2, ANO 2024

FORNO, Márcia Rakel Grahl Dal. **Avaliação da educação e da aprendizagem**. 2 ed. – Curitiba-PR: IESDE Brasil, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 68 ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GÓMEZ, A. I. Pérez; SACRISTÁN, J. Gimeno. Compreender e transformar o ensino. **A avaliação no ensino**. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa, 4 ed. – ArtMed, 1998 (p. 295 – p. 351).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Renata Leite de; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. Diferença e insubordinação criativa: negociando sentidos com a avaliação. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 8, n. 4, p. 91-105, 2017.

PIRONEL, Márcio. **Avaliação para a aprendizagem: a metodologia de ensino-aprendizagem-avaliação de matemática através da resolução de problemas em ação**. Rio Claro/ SP. Tese de doutorado apresentada na Universidade Estadual Paulista, 2019.

SANTOS, Valdir Sodrê dos. **Percepções de docentes de matemática de ensino médio em relação ao processo de avaliação da aprendizagem**. Brasília/DF. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2015.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução Ernani F. da F. Rosa – Porto Alegre: Artmed, 1998.

6. Declaração de direitos

O(s)/A(s) autor(s)/autora(s) declara(m) ser detentores dos direitos autorais da presente obra, que o artigo não foi publicado anteriormente e que não está sendo considerado por outra(o) Revista/Journal. Declara(m) que as imagens e textos publicados são de responsabilidade do(s) autor(s), e não possuem direitos autorais reservados à terceiros. Textos e/ou imagens de terceiros são devidamente citados ou devidamente autorizados com concessão de direitos para publicação quando necessário. Declara(m) respeitar os direitos de terceiros e de Instituições públicas e privadas. Declara(m) não cometer plágio ou auto plágio e não ter considerado/gerado conteúdos falsos e que a obra é original e de responsabilidade dos autores.